

Diálogos
Acadêmicos da
Segurança Pública |
IBSP

21 mai. 2020
19:00 h (horário de
Brasília)



<http://ibsp.org.br/video/sangue-nos-olhos-sociologia-da-letalidade-policial-no-estado-do-para/>

Apresentação da tese de doutoramento de Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto no programa de Sociologia da Universidade de Brasília, sob orientação do doutor Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB).

Palavras-chave: letalidade policial; uso da força; tipologia da ação letal; determinantes da ação.

Roteiro da palestra

Sobre o que é a tese?

A tese trata da letalidade policial no Pará, onde a violência letal intencional recrudescceu e prolifera no espaço urbano. Chacinas assolam a região metropolitana da capital, Belém.

Pretende responder à questão original que norteou o estudo: por qual razão alguns policiais paraenses matam, inclusive de modo repetitivo, e outros não?

Para tal, adota a *ação letal do policial* como o objeto para efeito da análise. A ação é compreendida como a prática social do indivíduo policial que lhe carrega a insólita experiência de matar outro ser humano. Enquanto prática social concreta, é constatada empiricamente.

A questão original foi então delineada sob o prisma sociológico: *quais os determinantes da ação letal dos policiais paraenses?*

3 proposições foram cogitadas:

- as instituições policiais não têm a capacidade de construir identidades nem controlar a conduta dos seus integrantes;
- a gestão organizacional das polícias coloca permanentemente os policiais em situações conflitantes capazes de mobilizar no indivíduo uma crise existencial que pode resultar em ações abusivas de profunda violência;
- os policiais experimentam sociabilidades assinaladas por violências que não se restringem à socialização profissional – pois tanto antecedem quanto extrapolam as organizações policiais – e que fomentam, em alguns, um forte desejo de matar às vezes colocado em prática.

Como foi pesquisado?

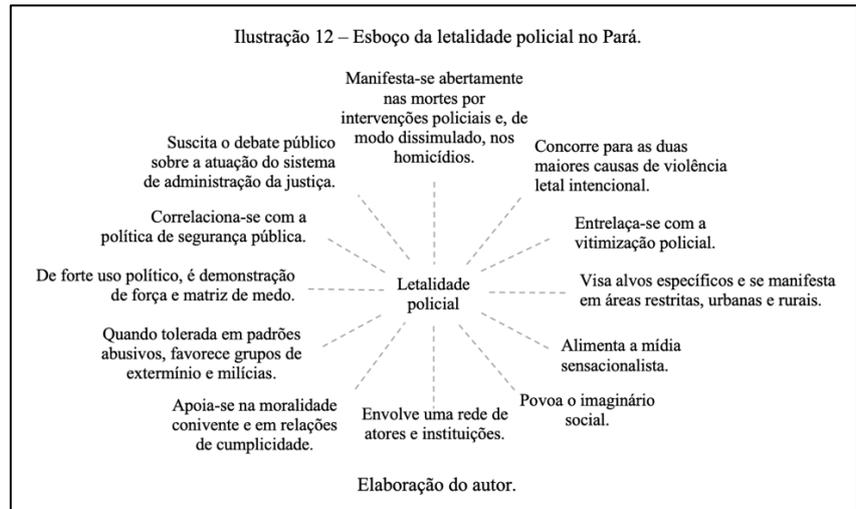
A investigação sociológica foi dividida em duas fases. A primeira fase, exploratória, lidou essencialmente com fontes indiretas. São elas:

- informações e estatísticas dos órgãos oficiais e organizações de pesquisa;
- memória social registrada nos principais jornais do estado (2 períodos: início dos anos 1990 e anos 2000/2010);
- literatura das ciências sociais e de campos interdisciplinares sobre o *uso da força*, conceito que predomina na literatura especializada no debate sobre “violência física legítima” (segundo o conceito weberiano) e violência policial (significando o ato de força ilegal, ilegítima, desnecessária e abusiva). Cabe ressaltar que na tese, notadamente, utiliza-se *ação letal* (e sinônimos: conduta, comportamento; homicida, mortal) para fazer referência específica a *prática de matar do policial*, isolada de conteúdos significativos de necessidade e legitimidade, por apresentar ganhos operacionais e de concretude.

A segunda fase engloba o trabalho em campo junto aos policiais paraenses investigados por 2 métodos:

- Survey da PMPA: 1 de cada 5 policiais militares paraenses, de todas 20 unidades dos 6 grandes comandos responsáveis pelo policiamento ostensivo da região metropolitana de Belém foi entrevistado por questionário fechado autoaplicado. O total de 1.210 questionários foi respondido, de modo parcial ou por completo, contendo itens sobre: (a) perfil sociodemográfico; (b) experiência individual e trajetória pessoal; (c) unidade a que o policial é destinado e tipo de trabalho que desempenha; (d) ambiente institucional; (e) atitudes em relação ao uso da força e ao policiamento; (f) contexto criminal enfrentado pelos policiais nas circunscrições de sua unidade. Os dados colhidos nos questionários possibilitaram fazer a análise descritiva da amostra, aplicar testes estatísticos de regressão linear múltipla e realizar dois experimentos.
- Entrevistas em profundidade sobre histórias de vida: 55 policiais e ex-policiais paraenses foram entrevistados seguindo o roteiro. Entre os muitos relatos colhidos, foram destacadas as histórias de vida de 8 policiais militares (*Charlie*, *Vilmar*, *Juan*, *Juliet*, *Romeo*, *Oscar*, *Bravo e Lima*) e de 1 policial civil (*Victor*), todos eles possuidores da experiência de uso da força letal contra outro ser humano. Apesar de singulares, essas histórias de vida ilustram roteiros-tipo que cristalizam aspectos do fenômeno. As 4 dimensões escolhidas para análise foram: 1. idiosincrasias (saga familiar e trajetória socioprofissional; instrução, condicionamento e treinamento; experiências recentes de violência e medo); 2. coesão do grupo íntimo (tamanho do grupo; legitimidade da autoridade; intensidade da exigência de matar); 3. autoridade do comando imediato (legitimidade da autoridade; intensidade da exigência de matar); 4. economia letífera (relevância das estratégias para matar; distância afetiva da vítima; importância da vítima; benefícios com a morte).

Nos primeiros passos da pesquisa foram identificadas algumas tendências e condições gerais do fenômeno da ação letal elencados dentre números, taxas, dados oficiais, pesquisas, comentários de outros autores e acontecimentos noticiados na internet, na televisão e nos jornais. Esses subsídios permitiram fazer o esboço de aspectos da letalidade policial no Pará.



Os dados estatísticos assinalam que os homicídios e as mortes por intervenções policiais são, respectivamente, as 2 maiores causas de mortes violentas intencionais registradas no Pará (1996-2018).

Foi verificado que no senso comum as representações sobre a letalidade policial apontam para 2 direções: “policiais matam porque são ameaçados e revidam para se defender” ou “matam porque gostam de sangue”. A primeira resposta se concentra no aspecto situacional em que a ação ocorre, ou seja, na circunstância da legítima defesa. Na segunda, é a idiossincrasia do agente que desponta.

A memória social dos paraenses registra a proeminência da letalidade de 2 unidades da polícia militar do Pará: a extinta PATAM e a atual ROTAM.

A literatura especializada sustenta as influências sobre os policiais de certas forças situacionais, de relevância teórica, que, isoladamente, são sutis e corriqueiras no cotidiano dos indivíduos expostos a cenários comportamentais intensos e estressantes, porém, quando combinadas e centradas em uma missão, em um alvo, são poderosas e, em alguns casos, explodem com consequências letais. Assegura o poder da socialização profissional e a capacidade da capacidade da instituição policial de construir uma identidade profissional sólida e de controlar a conduta dos seus integrantes.

O *survey da PMPA* e as histórias de vida mostraram que os policiais militares lotados na RMB são paraenses comuns, que vivem as agitações hodiernas como qualquer outro cidadão urbano, na incessante labuta diária para dar conta das muitas instâncias da vida numa sociedade cada vez mais acelerada, competitiva e perigosa. Como defesa, os policiais se encerram no seu mundo, protegendo-se mutuamente entre iguais.

As pesquisas quantitativa e documental deixaram evidente que nem todo policial se dispõe ao confronto armado. Exceto nas raras situações em que são assaltados por uma súbita agressão, ameaçadoramente mortal, e reagem por reflexo ou por necessidade, apenas uma parcela dos policiais se dispõe de modo premeditado aos riscos de uma troca de tiros e um número menor ainda ao extremo de praticar intencionalmente uma ação letal.

É essa porção menor – de policiais “valentes” que matam de modo deliberado – que responde expressivamente por elevados números da letalidade policial no Pará. O grupo dos policiais militares rotanzeiros foi escolhido como amostra principal para a realização das entrevistas em profundidade, pois a unidade despontou no survey como *lócus* dos indivíduos mais propensos ao uso da força letal na PMPA (na RMB).

Os aspectos principais do survey e das histórias de vida foram organizados numa tipologia criada para explicar os diferentes tipos de ação letal enredados na letalidade dos policiais paraenses.

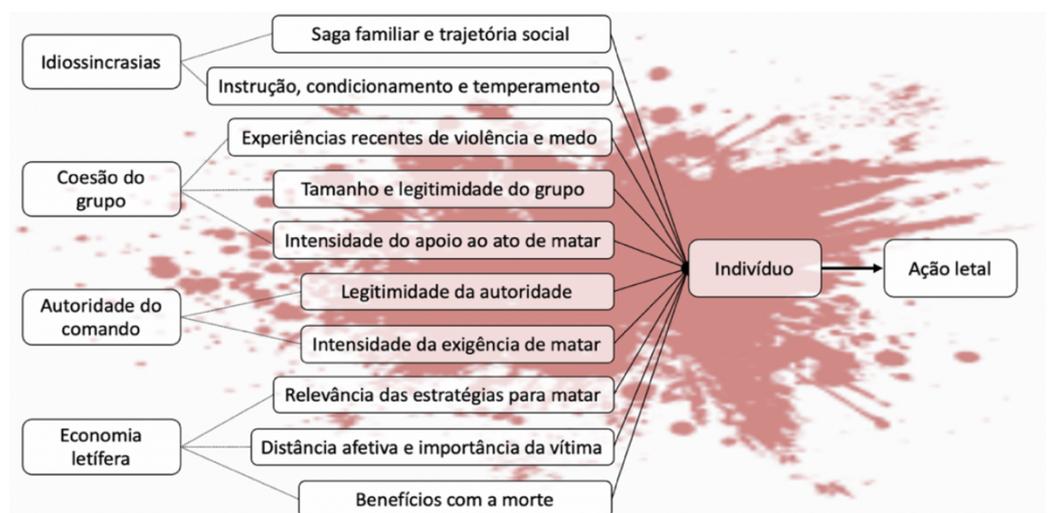
Tabela 28 – Tipologia da ação letal policial.

Tipo 1 – Ação letal policial involuntária
Tipo 2 – Ação letal policial intencional
Tipo 2.1 – Ação letal policial intencionalmente lícita
Tipo 2.2 – Ação letal policial intencionalmente abusiva
Tipo 2.2.1 – Ação letal policial intencionalmente abusiva ocultada
Tipo 2.2.2 – Ação letal policial intencionalmente abusiva dissimulada de legítima
Tipo 2.2.3 – Ação letal policial intencionalmente abusiva ostensiva

Fonte: Elaboração do autor.

As dimensões de relevância teórica clássica do uso da força policial e do ato de matar do combatente militar foram adaptadas para compor uma matriz de análise dos possíveis determinantes da ação letal dos policiais paraenses.

Ilustração 31 – Determinantes da ação letal policial.



Fonte: Elaboração do autor.

Quais os resultados?

Em suma, o exame das histórias de vida de policiais formados profissionalmente na década 1990/2000 (após a abertura política) e de dois episódios com patanzeiros das turmas de 1980 (período de decadência do regime militar), por meio da matriz analítica da ação letal, possibilitou as seguintes constatações:

- a Polícia Militar do Pará, organização concreta e tangível, não corresponde a ideia de bloco monolítico e isomórfico e, tampouco, o uso da força (com subjetivismo homicida) praticado pelo o policial paraense pode ser aventado como um comportamento homogêneo e semiconsciente, ou seja, o simples resultado de um *habitus* profissional incorporado;
- as atrocidades policiais persistem no tempo, sendo notadas em ações objetivas recentes que se assemelham às ocorridas na década de 1990;
- policiais homens e mulheres integrantes de grupos coesos, que cultuam a valentia enquanto atributo de elevado valor social, estão igualmente propensos ao cometimento da ação letal. Quanto maior o grupo, a sua legitimidade e o apoio ao ato de matar, mais inclinados estarão seus membros à prática letal;
- a maior exposição (em grau e duração) do policial à violência criminal, na circunvizinhança onde mora, no ambiente de policiamento ou em ambos, maiores serão as possibilidades de cometimento da ação letal. O estresse crônico mal gerenciado no ambiente de trabalho (e, por extensão, no ambiente doméstico) pode levar o policial a matar;
- quanto mais condescendente for o apoio social, maior a exigência da autoridade legítima e melhor a premiação (material e simbólica) no ambiente de trabalho policial relativos ao ato de matar, mais intenso será o reforço a predisposição homicida de certos indivíduos;
- conhecer policiais vitimados e testemunhar o assassinato de companheiros de trabalho parecem influenciar de igual maneira positiva a prática da ação letal (abusiva);
- o benefício direto aferido com a morte de determinada vítima – que tanto pode estar relacionado tanto ao seu valor pessoal (material e simbólico) quanto à solução de problema pontual ligado à existência física da vítima – ou com o mero ato de matar (enquanto demonstração de valentia), quando associado à disponibilidade de estratégias (em tese eficazes) para a execução impune do assassinio, concorre positivamente no sentido de que o ato de matar se concretize;
- indivíduos com inclinação à prática homicida – cujas idiosincrasias podem estar associadas a diversos fatores: socialização, experiência recente e traumática de grave violência, medo intenso ou permanente, estresse crônico – tendem a manifestar oportunamente o comportamento, quando colocados em condições favoráveis ao impulso agressivo (destrutivo);
- o treinamento e o condicionamento (socialização policial) especializam e direcionam o impulso da agressividade, mas não o determinam no indivíduo;
- leis, normativas e protocolos operacionais voltados ao adequado uso da força

balizam a conduta dos policiais que procuram agir de modo intencionalmente lícito, porém, na maioria das vezes, servem tão-somente de enredo aos relatórios oficiais das ações furtivas deliberadamente praticadas;

- a disposição homicida arrefece, a depender da situação social nova e do momento do ciclo de vida do indivíduo;
- gênero; raça/cor; idade, escolaridade, filhos, religião, participação em cultos religiosos, atitudes em relação ao uso da força e ao policiamento não parecem gerar impacto significativo sobre a conduta letal dos policiais militares.

O perfil do policial que mais interessou a tese não foi o que se mostrou altamente reincidente na conduta homicida, incomum, com traços de personalidade que sugerem o que psicólogos classificam como o indivíduo antissocial agressivo. Tampouco o seu extremo oposto, igualmente raro na amostra, aquele que foge da atividade operacional como o diabo da cruz e, portanto, não vivencia o fenômeno social estudado. O maior empenho se concentrou sobre o policial ordinário, a maioria dos pesquisados, que se dedica ao trabalho de policiamento das ruas e que, sem cinismo, acredita estar fazendo o que é certo para o bem da sociedade. O indivíduo que eventualmente – entusiasmado ou até a contragosto – participará de intervenções policiais que poderão resultar na morte de pessoas.

O exame dos possíveis determinantes da ação letal do policial ordinário alvitrou a associação positiva de alguns fatores de relevância teórica: (a) pertencer a certa unidade especializada; (b) o papel que se espera ou que mandam que se desempenhe na guerra ao crime; (c) a dimensão simbólica que orienta o comportamento, marcada pelo elevado valor social concedido a valentia; (d) a camaradagem e o apoio social dos pares que instigam a conduta violenta; (e) a necessidade narcísica de ser querido, aceito e respeitado como confiável por companheiros de farda e superiores que distribuem as recompensas. Contudo, mostrou-se difícil determinar com precisão o efeito isolado de cada variável.

Mesmo assim, 3 aspectos relacionados ao fenômeno se mostraram bastante perceptíveis:

- a importância da socialização primária e das socializações subsequentes anteriores à entrada do indivíduo na organização policial na constituição da solidez moral e da trava emocional que inibem o cometimento da ação letal, ao menos de modo desnecessário ou abusivo;
- o indivíduo carrega consigo a iniquidade da sociedade;
- a conduta letal abusiva do policial não desponta como mera questão de socialização profissional ou da inclinação pessoal, mas eclode da gestão organizacional inadequada do encadeamento da sua idiossincrasia com condições objetivas de vida e de trabalho, numa teia que, no limite, coloca à prova o repertório de afetos (recalques, angústias, medos, ódios projetados sobre os outros) que cada indivíduo dispõe para lidar com situações severamente estressantes.

Quais as conclusões?

Na maioria das vezes, as violências inocentes do subjetivismo contemporâneo passam despercebidas, naturalizadas, sem acometer gravemente suas vítimas, ao menos em curto prazo. Não nas polícias.

A perda da sensibilidade, a indiferença, a falta de empatia, o *nós contra eles*, no caso do policial parece estruturar uma matriz de afetos que mal administrada e sob estresse intenso pode transformar o prosaico indivíduo hodierno num policial capaz de praticar a atrocidade como algo banal. Apenas mais um abuso habitual no policiamento. O lado sombrio do trabalho policial – do instantâneo (necro)poder absoluto sobre a vida do outro – amplifica os efeitos do subjetivismo contemporâneo e os torna potencialmente lesivos.

Se, em princípio, pode parecer que ao tratar do indivíduo, pretendia-se eximir da análise a instituição, o Estado, para atribuir ao policial toda a responsabilidade por desvios de comportamento – abraçando a clássica lógica da extirpação das maçãs podres –, muito ao contrário.

Os resultados encontrados alvitram que é principalmente para a PMPA e para a atividade de policiamento que se deve prestar maior atenção. Segundo se averiguou, a PMPA parece submeter os policiais militares às condições objetivas que se cristalizam em, ao menos, 3 injunções paradoxais relacionadas às características pessoais e certas condições de vida e de trabalho:

- a polícia militar realiza o recrutamento, seleção, formação e a movimentação dos policiais sem observar seus temperamentos e históricos de vida. A negligência acende possibilidades do despertar e da mobilização de hábitos incorporados (disposições idiossincrásicas à violência) nos indivíduos ao enfrentarem situações estressantes no exercício da atividade policial;
- a organização coloca ou consente que policiais (e seus familiares) sejam expostos ao medo permanente frente à criminalidade violenta – no âmbito do trabalho ou doméstico – até entrarem em colapso por estresse intenso. O policial busca se defender da sua realidade interna (angústia, medo, ódio) projetada sobre a realidade externa (a hostilidade do ambiente) de acordo com seu repertório afetivo e, se necessário, associa-se aquilo que a sociedade valoriza (a valentia). A prática direta da violência letal intencional pode, nesse sentido, funcionar como mecanismo de defesa psíquica do mesmo modo que o medo intenso pode levar ao estabelecimento de vínculos instrumentais com justiceiros e milicianos para a solução do problema particular por meios subterrâneos de uso força letal;
- o sistema de administração da justiça criminal – que cobra obstinadamente resultados positivos na guerra ao crime e às drogas, a valer, inalcançáveis (posto que o problema extrapola a capacidade não apenas das organizações policiais, mas do próprio sistema) – é condescendente e legítima condutas abusivas, tratando com distinção o policial valente e confiável, mas o pune quando os excessos se tornam públicos. Concede autonomia às guarnições policiais de serviço na corrida por resultados, mas exige dos comandantes a rigorosa observância de padrões procedimentais incompatíveis com o modelo de controle social.

A gestão da organização policial enlaça e tira proveito do indivíduo narcisista acirrado, que sempre tem algo a provar e precisa visceralmente de reconhecimento social. Na PMPA, esse indivíduo é mobilizado numa frenética e infundável guerra ao crime. Persegue resultados inatingíveis sob condições paradoxais e paradoxantes.

Ao menos 2 afecções parecem crônicas nessa gestão que adocece:

- o tributo a valentia (a violência crua), motivo de orgulho entre os policiais;
- o caráter pragmático atribuído à violência por policiais, enquanto solução legítima e eficaz para problemas individuais que a organização posterga ou ignora.

bittencourt.neto3@gmail.com

+55 91 98566-2524

arthurtmcosta@gmail.com

+55 61 99223-8433

Logo, faz-se necessário conhecer bem os mecanismos pelos quais a violência letal intencional dos policiais opera, para melhor trabalhar neles a razão, o inteligível, no intuito de desenvolver nos policiais os afetos que lhes possibilitarão voltar a seu favor o que a eles se apresenta nas ruas como o acaso e o inevitável.

Por fim, restaram validadas as proposições iniciais.

* * *